

Título Trabalho: Educación, Multiculturalismo y Movimientos Sociales**Autora: Maria da Glória Gohn- UNINOVE-S.Paulo/Brasil****Resumo**

Este trabalho discute o tema da educação multi ou intercultural dentro de uma perspectiva específica- aquela que a considera como um movimento social. Inicialmente postula-se a importância dos movimentos como sujeitos produtores de saber. A seguir elabora-se um panorama dos movimentos sociais existentes no Brasil nas últimas décadas. Estes itens são, na realidade, o cenário para a análise central apresentada: o processo educativo e as possibilidades de mudança e transformação social a partir dos movimentos sociais, vistos como fontes de conhecimento no campo da educação não-formal e formal. Na educação formal destaca a escola, suas lutas e movimentos pela educação, assim como as possibilidades de gestão compartilhada e relação com a comunidade que a circunda.

A Sociedade civil: Os Movimentos Sociais no Brasil

Consideramos o movimento social como a expressão máxima do Sujeito coletivo em ação. Este Sujeito só se realiza no coletivo, interagindo com o outro, trocando e confrontando subjetividades, num processo de intersubjetividade. Os Sujeitos individuais tem seus pertencimentos, suas experiências vivenciadas e seus projetos- que não são de ordem pessoal no sentido intimista, de sua personalidade. São requerimentos de sua existência como ser humano- gênero, raça, língua, nação, religião, valores e tradições herdadas e adquiridas etc. Quando confrontados uns com outros, quando relacionados por redes solidárias ou de pertencimento cultural, estes sujeitos individuais constroem o sujeito coletivo. Os movimentos sociais são um dos principais sujeitos coletivos porque eles são fonte de inovação e matrizes geradoras de saberes.

A América Latina é um continente pontilhado e recortado por movimentos sociais na atualidade, de diferentes tipos, formas e demandas. Eles emanam de redes associativistas que envolvem predominantemente as classes populares e as camadas médias. Muitos deles fazem um apelo em nome de um sujeito plural, outros se

posicionam como representantes das classes e interesses populares, numa sociedade que os exclui, discrimina, segrega, tenta suprimir e substituir seus valores e cultura.

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 70 e parte dos anos 80, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da Teologia da Libertação. Ao final dos anos 80, e ao longo dos anos 90, o cenário sociopolítico se transformou radicalmente. Inicialmente teve-se um declínio das manifestações nas ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal- o regime militar. Na realidade as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 70/80 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na nova Constituição brasileira de 1988.

A partir de 1990 ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas. No Brasil, por exemplo, teve-se a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana; Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionado por políticas estatais ou por requerimentos constitucionais como a formação de conselhos gestores. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. À medida que as políticas neoliberais avançaram foram surgindo outros movimentos sociais como: contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário. Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Os atos e manifestações pela paz, contra a violência urbana, também são exemplos desta categoria. Se antes a paz era um contraponto à guerra, hoje ela é almejada como necessidade ao cidadão-cidadã comum, em seu cotidiano. Em todas as mobilizações e movimentos, a presença das mulheres tem sido

marcante e majoritária. Elas também criaram redes de conscientização de seus direitos, e frentes de lutas contra as discriminações.

Os movimentos localizados no meio rural, como o dos sem-terra e dos indígenas aumentaram suas mobilizações e organizações. O crescimento do movimento indígena se deu especialmente nos países de língua espanhola onde sempre foram parte do maior segmento das classes populares. O Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, tem mantido a maioria do que restou de sua população indígena, confinada em áreas rurais longínquas, como na Amazônia. Há pouca visibilidade dos descendentes de índios nas cidades, a maior visibilidade nos centros urbanos é a da população afro-brasileira, dada nossas origens coloniais, ao passado escravocrata. Mas o trabalho focalizado das ONGs possibilitou, nas entidades que tem por base práticas cidadãs e projetos de emancipação junto aos grupos que atuam, que vários grupos indígenas se organizassem e passassem a lutar por suas terras, pela sua língua, por escolas com professores que ensinem nas e em suas línguas, e pela venda de seus produtos a preço justo e não como quinquilharias para turistas. As ONGs ainda são o principal canal para levarem sua voz e protesto ao mundo, já que os governos muitas vezes são surdos. Esse protagonismo ativo do movimento indígena ficou mais visível. No movimento do afro-descendentes, o Movimento dos Quilombolas é o mais relevante no campo. Nas cidades, os grupos militantes da questão contra o preconceito racial lutam por cotas nas universidades e frentes contra a discriminação de uma maneira geral.

Quanto aos sem-terra, o processo é diferente pois não são as ONGs que lhes assessoram mas grupos articulados às pastorais, aos sindicatos, e a algumas lideranças históricas. No Brasil eles se transformaram, via o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no movimento mais organizado do Brasil e da América Latina. Nos últimos anos houve um deslocamento do foco da luta por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o grande “agronegócio” exportador e os trabalhadores rurais sem terra, e não entre a desapropriação e o crédito fundiário, como nos anos 90. Na realidade existem no Brasil cerca de 80 movimentos sociais no campo. O Movimento dos Pequenos Agricultores é importante porque são numericamente relevantes e vivem também em condições de pobreza.

Outro movimento social de caráter global importante é o movimento contra o pagamento da dívida externa; embora tenha conseguido obter milhares de assinaturas em 1999, no início deste século ele ficou confinado a pequenos nos círculos dos militantes e não sensibilizou a sociedade. Mais forte do que ele tem sido o movimento antiglobalização no qual o Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre, em 2001/2002 /2003 e 2005, são uma parte de sua manifestação. Ao nos referirmos aos FSMs ocorridos em Porto Alegre é importante atentarmos para as concepções globais que estão sendo construídas, especialmente na área dos direitos, de diferentes tipos, predominando os humanos e o grande destaque para os direitos culturais .

Alguns autores elaboraram a hipótese de uma "tolerância" maior do estado na atualidade em relação aos movimentos sociais. Creio que ela é insuficiente para explicar este cenário porque ignora todo o processo da luta dos movimentos e atribui ao Estado e às políticas neoliberais uma força de controle social, de integração dos mandatários na ordem instituída via flexibilização da repressão; essas formas tolerantes promoveriam uma inclusão "por cima", pelo alto. Trata-se, ao meu ver, de um processo de modernização conservadora, mas ele é permeado de tensões e conflitos, um processo cujos resultados mudam constantemente segundo a correlação das forças presentes.

Para finalizar este breve cenário mencionamos o movimento das associações de "Economia Solidária", e as ações dos grupos organizados em redes solidárias ou cooperativas populares, voltadas para a produção de bens ou serviços que gerem renda para as populações de baixa renda, nos chamados projetos de inclusão social. O território tem uma importância fundamental nestas atividades porque ele não é apenas um lugar geográfico-espacial. Ele é um elemento de agregação, de catalisação de energias e solidariedades. Ele formata a identidade de um grupo.

Concluindo a primeira parte deste texto: creio que o trabalho de FORMAÇÃO junto aos movimentos sociais deve ser retomado (e não só a informação ser repassada). A motivação à participação e a renovação de quadros nos movimentos é uma necessidade. A preocupação com a sistematização das aprendizagens e com a construção do conhecimento precisa estar na agenda das entidades que realizam mediações pedagógicas com os movimentos. Aprendizagens e metodologias devem ser sistematizadas/socializadas. O interesse pelo tema dos movimentos sociais tem diminuído na academia e centros de pesquisa, como se fosse um tema do passado, ou

apenas do mundo rural, dos sem-terras. Retomar a discussão da universalidade e da singularidade, contra a política da focalização é uma forma de discutir a política. Muitos marcos legais que normatizam tais políticas devem ser revistos. As experiências devem ser resgatadas para que a esperança se reascenda. Os movimentos devem reapropriar-se do eixo da criatividade, das iniciativas. Na maioria dos casos eles estão a reboque das iniciativas governamentais, à espera de programas sociais que atendam suas demandas. As iniciativas inovadoras têm que pautarem as ações coletivas.

Portanto o movimento social, na concepção adotado neste texto, advindo de Touraine, está presente "em todos os aspectos da vida social onde a capacidade para a ação sobre si mesma está constantemente a aumentar e onde os conflitos sociais em torno da apropriação dos principais recursos culturais são cada vez mais vividos." (Touraine, 1998: 13). É importante registrar também que para Touraine todo movimento social tem, além de um Sujeito (que é um ator coletivo), um opositor- um adversário social; um conflito-que move a luta; e um projeto para o grupo onde se insere, voltado para a sociedade, para alterá-la.

Educação Multi ou intercultural- entendida como movimento social

Partindo do suposto de que os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saberes, endossamos a proposta de educação multicultural vista sob a ótica de um movimento social, desenvolvida por Stoer (1999), que propõe resistir contra o processo de fragmentação cultural que o impacto da globalização produz na educação, entre outras áreas, abordaremos a seguir a questão dos movimentos sociais na área da educação não-formal e na formal. Essa educação propõe também a recontextualização das funções socializadoras e educativas das escolas e universidades.

Tendo em vista que um dos principais sujeitos da sociedade civil organizada é os movimentos sociais, é importante registrar que os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania. Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes. O tema dos direitos é fundamental porque ele dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação,

especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. Partir da ótica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e experiência acumulada historicamente dos seres humanos e não nas necessidades do mercado. A ótica dos direitos possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergias e não compaixão, que resultam em políticas emancipadoras e não compensatórias. Fora da ótica da universalidade dos direitos caímos nas políticas focalizadas, meras justificativas para políticas que promovem uma modernização conservadora. A ótica dos direitos como ponto de partida poderá nos fazer entender as mudanças sociais em curso. Ao tratarmos os direitos supõe-se o reconhecimento das ou da diferença - ou seja, estamos falando da educação multicultural.

Conceituamos a educação não-formal no campo da Pedagogia Social como aquela que trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos. A educação não-formal se desenvolve usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais, é uma área nova, lócus central da educação multicultural, e carente de pesquisa. O que predomina sobre este tema é o levantamento sistemático de dados para subsidiar projetos e relatórios, feitos usualmente por ONGs, visando ter acesso aos fundos públicos que as políticas de parcerias governo-sociedade civil propiciam. A reflexão sobre esta realidade, de um ponto de vista crítico, reflexivo, ainda engatinha. Ouve-se falar muito de avaliações de programas educativos, destinados a comunidades específicas, apoiadas por empresas, sob a rubrica de “Responsabilidade Social”. O que devemos atentar é que, muitas dessas avaliações buscam verificar não os resultados dos programas junto aos sujeitos que deles participam; procuram-se os resultados junto aos consumidores e acionistas em relação à imagem daquelas empresas.

Cumpramos mencionar, no campo dos movimentos sociais enquanto uma área de aprendizagem da educação não-formal, as lutas pela educação. Essa luta nunca teve grande visibilidade como um ator independente, pois suas demandas foram, freqüentemente, incorporadas pelos sindicatos dos professores e demais profissionais da educação, ou por articulações mais amplas, como a luta pela educação desenvolvida, no período da Constituinte, pelo Fórum Nacional de Luta pela Escola Pública. As reformas neoliberais realizadas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, na década de

90, alteraram o cotidiano das escolas e deram as bases para a mobilização de novas lutas e movimentos pela educação. Falta de vagas, filas para matrículas, resultados de exames nacionais, progressões continuadas (passagem de ano sem exames), deslocamento de alunos de uma mesma família para diferentes escolas, atrasos nos repasses de verbas para merendas escolares, denúncias de fraudes no uso dos novos fundos de apoio à educação (especialmente o FUNDEF), entre outras, foram pautas da agenda do movimento na área da educação. Registre-se ainda que a crise econômica e o desemprego obrigaram centenas de famílias das camadas médias a procurar vagas nas escolas públicas. Além de aumentar a demanda, essas famílias estavam acostumadas a acompanhar mais o cotidiano das escolas de seus filhos, desenvolvendo essas práticas na escola pública, antes mais fechada à participação dos pais. Com isso, em muitos bairros, as escolas passaram a desempenhar o papel de centros comunitários, pois a falta de verbas e a busca de solução para novos problemas como a segurança, a violência entre os jovens e o universo das drogas levou-as à busca de parcerias, no bairro ou na região, com outros organismos e associações organizadas. Assim, as escolas passaram a ser, além de espaços de formação e aprendizagem da educação formal, centros de desenvolvimento da educação não-formal, agentes de construção de territórios civilizatórios, articuladoras de ações que retomem o sentido da civilidade humana. No entanto, essa influência não advém apenas de uma tendência da escola em direção ao bairro: no interior da escola também existem novos espaços de participação, tais como os distintos conselhos, antigos-como de pais e mestres, séries, escolas; ou os mais recentes como os conselhos gestores da alimentação, de fundos destinados à educação, como o FUNDEF-Fundo Ensino Fundamental (a ser substituído pelo FUNDEB- Fundo Ensino Básico). Todos estes órgãos são espaços de aprendizagem e oportunidade de gestão e controle social público, em gestões compartilhadas.

A gestão compartilhada em suas diferentes formas de conselhos, colegiados etc. precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria e não de grupos lobista. Isso implica a criação de coletivos que desenvolvam saberes não apenas normativos - legislações, formatos de aplicação de verbas etc., embora esses itens também sejam importantes, dado o papel dos fundos públicos no campo de disputa política em torno das verbas públicas. É preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, aqui entendidos como a participação de

coletivos de pessoas diferentes com metas iguais. Isto tudo está no campo da educação não-formal.

A participação da sociedade civil na esfera pública-via conselhos e outras formas institucionalizadas, não é para substituir o Estado mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação de e com qualidade para todos.

Entretanto, se não houver sentido nas formas de participação na área da educação, com projetos de emancipação dos cidadãos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços mais autoritários do que já eram quando centralizados. Como democratizar esses espaços? Como ressignificá-los para que as obras e serviços realizados numa escola, por exemplo, não sejam vistos como dádivas de uma diretora, ou de algum político ou administrador público, e sim como direito da população? Como resgatar o direito à educação enquanto política educacional ao nível das instâncias locais, sem esquecer que elas são parte de um todo que extrapola as fronteiras nacionais? Como gerar novas políticas na gestão dos fundos públicos?

São desafios e tarefas gigantescas. Não dá para contar apenas com heroísmos de alguns gestores públicos bem intencionados ou de poucas lideranças da sociedade civil, pois construir sentido e significados novos na gestão da escola é uma prática que tem que se pautar por um outro olhar em relação ao papel da escola num dado território. Não é mais possível permanecer no conformismo diante de espaços dominados por antigos métodos clientelistas, pela ordem tradicional. É preciso criatividade e ousadia porque as novidades só ganham força quando passam a ter hegemonia em certos coletivos organizados mais amplos. Por isso, é preciso voltar os olhos para a organização da sociedade civil, para os processos de educação não-formal que nela se desenvolvem, e para o papel que a escola pode ter como campo de formação de um novo modelo civilizatório. Precisamos de uma nova educação que forme o cidadão para atuar nos dias de hoje, e transforme culturas políticas arcaicas, arraigadas, em culturas políticas transformadoras e emancipatórias. Isso não se faz apenas em aulas e cursos de formação tradicional, formulada no gabinete de algum burocrata, e sim a partir da prática da gestão compartilhada escola/comunidade educativa, no exercício das tarefas de que a conjuntura de uma dada escola, numa determinada comunidade territorial, necessite. Participar dos conselhos e colegiados das escolas é uma urgência e uma necessidade imperiosa, mas exige uma preparação contínua, um aprendizado permanente, uma atividade de ação e reflexão. Não basta um programa, um plano, ou mais um conselho.

É preciso reconhecer a existência e a importância da educação não-formal no processo de construção de uma sociedade sem injustiças, democrática.

Listamos, a seguir, alguns dos principais eixos das demandas pela educação nos movimentos sociais envolvendo as escolas. A cada luta corresponde um momento do processo de aprendizagem, típico da educação não-formal, a saber: Lutas pelo acesso; aumento de vagas; escola pública com qualidade; gestão democrática da escola; projetos pedagógicos que respeitem as culturas locais; valor das mensalidades nas escolas particulares; políticas públicas; realização de experiências alternativas; luta no processo de implantação de novos modelos, experiências ou reformas educacionais, envolvendo organização, trajetória das experiências, acompanhamento, construção de cultura política, redefinição do conceito de participação; luta dos professores e outros profissionais da educação por condições salariais e de trabalho; lutas dos estudantes por vagas, condições, mensalidades, refeitórios, moradia, contra discriminações etc.

Conclusões e desafios

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, articular a participação da sociedade civil em seus diferentes movimentos e redes sociais; ou articular a escola com a comunidade educativa de um território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual. Por isso trabalhamos com um conceito amplo de educação que envolve campos diferenciados, da educação formal e não-formal. Acreditamos que propostas se fazem com idéias e fundamentos; por isso, dedicamos a primeira parte do texto a qualificação do conceito de movimento social; a seguir o articulamos ao da educação não-formal e formal. Reiteramos neste texto a perspectiva que aborda a educação como promotora de mecanismos de inclusão social. Entende-se por inclusão as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar indivíduos atomizados e desterritorializados, em programas sociais compensatórios.

Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias e priorizar a educação multicultural e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas. Essas agendas devem contemplar projetos emancipatórios que tenham como prioridade à mudança social, qualifiquem seu sentido e significado,

pense alternativas para um novo modelo econômico não excludente que contemple valores de uma sociedade em que o ser humano seja o centro das atenções e não o lucro, o mercado, o status político e social, o poder em suma. A educação não - formal adquirida na participação direta ou no contato com os movimentos sociais é um campo valioso na construção daquelas agendas, e para dar sentido e significado as próprias lutas no campo da educação visando à transformação da realidade social.

Concluindo: a educação multicultural, mais que uma agenda contemporânea é uma necessidade que decorre do encontro e das tensões das múltiplas identidades em confronto na era da globalização. Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saber e conhecimento, e como tais são partes da educação não - formal. A educação formal desenvolvida nas escolas tem possibilidades para ser um campo de experiência de convivência e respeito ao outro, num novo modelo civilizatório de como conviver com as diferenças. A participação nas estruturas colegiadas da escola pode gerar aprendizado político aos indivíduos, preparando-os na fase criança/adolescente para a participação na sociedade mais geral; a escola pode ser fonte de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada de uma localidade.

Referências Bibliográficas

Canclini, Nestor C. *Cultura Y comunicación: entre lo Local y lo Global*. La Plata, Un La Plata, 1997

CANDAU, Vera (Org) *Sociedade, Educação e Culturas*. Vozes, 2002

_____. Multiculturalismo e Educação. Ciclo de *Oficinas Pedagógicas para Professores*. UNESCO, NOVAMÉRICA, 2004

BARTOLOMÉ, M. e outros. *Educación multicultural em la enciclopedia de educación*. Barcelona, Oceano, 1998.

COLL, C. Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso. In: *Comunidade e escola: a integração necessária. Pátio. Revista Pedagógica*. Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n.10, 1999, p. 8-12.

BAUMAN, Z. *Community*. Cambridge: Polity, 2001.

FLEURI, Reinaldo M. (org). *Educação intercultural*. DP&A Ed, 2003

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOHN, M. G. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004. 4ª ed..

_____. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2005, 3. ed..

_____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003, 2ª ed..

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo. Cortez, 2003, 5ª ed..

_____. *O Protagonismo da sociedade civil*. S Paulo, Cortez, 1995

GOLDEBERG, D. *Multiculturalism: a critical reader*. Cambridge, Blackwell, 1994

HONNETH, A. Luta por reconhecimento. *A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: 34, 2003.

KLIMCKA, W. *Multicultural citizenship*. Oxford, Oxford Press, 1995

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo : Cortez/IPF, 2000 (Col. Prospectiva, 3).

_____. *Multiculturalismo revolucionário*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000

MIGNOLO, Walter. *Projetos globais, histórias locais*. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2003.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru SP: Ed. USC, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença; A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis : Vozes, 2000.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SANTOS, B. S.. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (Org). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Pedro. Escola - família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e relações de poder. Porto, Afrontamento, 2003.

STOER, Stephen. Desocultando o vôo das andorinhas: Educação inter/multicultural crítica como movimento social (apostila), 2001

Touraine, Alain. *Podremos vivir juntos?* México, Fondo Cultura, , 1997

_____ *Crítica da Modernidade*, Vozes, 1994

TAYLOR, Charles. *Multiculturalisme; Différence et démocratie*, Paris, Aubier, 1994

TAYLOR, Charles *et alii*. *Multiculturalismo*. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo : Cortez (Coleção Questões da Nossa Época, 106).

WALZER, Michel. “ The civil society argument” in C. Mouffe (org) *Dimensions of radical democracy*. Londres, Verso, 1992